

**Parecer nº 60/98**

Data: 1998.05.27

Processo nº 329

**Reclamante:** Domingos José Fernandes Fevereiro

**Entidade reclamada:** Estabelecimento Prisional Regional de Monção

**I - O Pedido**

Em 11 de Dezembro de 1997 o cidadão Domingos José Fernandes Fevereiro requereu ao Ex.mo Senhor Director do Estabelecimento Prisional de Monção, fotocópia integral do Processo disciplinar que lhe foi instaurado e de que resultou, como punição, o encerramento na cela de habitação por um período de 30 dias. Requereu também isenção do custo de reprodução nos termos do artigo 11º do CPA e do despacho conjunto n.º 280/97 de S. Ex.as os Ministros das Finanças e Adjunto de 30/8/1997.

Mais refere que, em 13/11/1997, recebeu fotocópias do Parecer e Informação datadas de 24/4/1997 e 17/4/1997, respectivamente, anexas ao despacho do Ex.mo Senhor Director- Geral dos Serviços Prisionais.

Nos termos do n.º 1 do artigo 15º da Lei 65/93, o Estabelecimento Prisional Regional de Monção, entidade a quem foi dirigido o requerimento de acesso, deveria ter dado a competente resposta, o que não se verificou.

Nestes termos, decorridos que foram 35 dias sobre a data de apresentação do requerimento sem qualquer resposta, o pedido considera-se tacitamente indeferido.

Perante o indeferimento tácito, o referido cidadão, dentro do prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 16º da Lei 65/93 apresentou reclamação à CADA.

## II - Do Direito

Clarificado que está o respeito pelos prazos estabelecidos nos artigos 15º e 16º da Lei 65/93, importa enquadrar os documentos solicitados pelo requerente – Processo disciplinar.

Nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 4º da Lei 65/93 consideram-se documentos administrativos “quaisquer suportes de informação gráficos, sonoros, visuais, informáticos ou registos de outra natureza, elaborados ou detidos pela Administração Pública, designadamente processos, relatórios, estudos, pareceres, actas, autos, circulares, ofícios- circulares, ordens de serviço, despachos normativos internos, instruções e orientações de interpretação legal ou de enquadramento da actividade ou outros elementos de informação”.

Nos termos das alíneas b) e c) do n.º1 do artigo 4º da Lei 65/93 consideram-se documentos nominativos “quaisquer suportes de informação que contenham dados pessoais” ou seja “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”.

Ora, nos termos do n.º2 do artigo 7º da Lei 65/93, *“o direito de acesso aos documentos nominativos é reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal”*.

No caso em apreço apesar de o direito de acesso ser solicitado pela pessoa a quem os dados dizem respeito, pode acontecer que, no referido processo disciplinar, constem informações sobre outras pessoas que “contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”.

Relativamente ao pedido feito pelo requerente de isenção de custos de reprodução de fotocópias e, apesar de este invocar dificuldades económicas, não dispomos de informações seguras que nos permitam aferir da pertinência de tal pretensão.

## **Parecer**

Em conclusão, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20º da Lei 65/93, a CADA emite o seguinte parecer:

- 1- Deve o Estabelecimento Prisional Regional de Monção facultar ao requerente cópia do processo disciplinar que lhe foi instaurado.
- 2- Caso, no referido processo disciplinar, constarem *“informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”* as mesmas devem ser expurgadas das cópias a entregar.
- 3- A isenção de custos de reprodução das fotocópias do referido processo disciplinar dependerá da apreciação que o Estabelecimento Prisional Regional de Monção fizer sobre a capacidade financeira do requerente.

Lisboa, 27 de Maio de 1998.

*Gameiro dos Santos (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró – Vasco Almeida - Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – Castro Martins (Presidente)*